

No Congresso emenda da Constituinte

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente José Sarney enviou ontem ao Congresso a mensagem convocando a Assembleia Nacional Constituinte, a se reunir unicamente em 31 de janeiro de 1987, instalada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, que dirigirá a eleição do presidente da Assembleia. O projeto de Constituição.

Sarney ressaltou o cumprimento de mais um compromisso assumido pela Aliança Democrática e classificou a convocação da Constituinte como um ato de fé, "porque todos os anseios e temores do futuro repousam, afinal, na confiança que cada cidadão deposita nos sentimentos de seus irmãos de procurarem juntos uma lei fundamental, que a todos proporcione os benefícios necessários à vida digna, vivida em paz e liberdade". O presidente alertou, entretanto, que até a vigência da nova Constituição, "é sob pena de instalar-se o caos normativo, que a ninguém aproveitará, é necessário respeitar a lei que temos e modificá-la segundo os processos por ela própria admitidos, para que a vontade de alguns não seja erigida em mandamento supremo de todos".

A mensagem presidencial foi assinada com grande solenidade no Salão Leste do Palácio do Planalto, presentes todos os ministros de Estado, parlamentares, líderes de todos os partidos, com a exceção do PDS, e vários políticos remanescentes da Constituinte de 1946, entre eles o deputado Manoel Novais, de 82 anos, que participou anteriormente das Constituintes de 1933 e 1946. "Será minha terceira Constituinte" — comentava o parlamentar João Agrípino, outro companheiro de 46. Houve solenidade também na rampa de acesso ao Palácio, com soldados do Batalhão da Guarda Presidencial em uniforme de gala. Entre os parlamentares, como já se tornou hábito, colocou-se discretamente dona Marly Sarney, esposa do presidente da República.

O presidente Sarney discursou e classificou a reunião para assinatura da mensagem como "um ato de grandeza nacional". A primeira das nossas crises, acrescentou o presidente, "está no desajuste entre a ordem jurídica e a realidade política e social, e não há leis que possam sobrepor-se à vontade dos cidadãos, por mais que se subordinem à sabedoria e à ética". As leis que pretendam, pela força do Estado, disciplinar e elevar a cidadania produzem resultados inteiramente opostos, observou Sarney. Acrescentou que "as virtudes que se devem mudar-se em vilação e só o terror pode manter de pé tais sistemas insensatos".

"Os nossos problemas são graves demais para que nos permitamos o desfrute do capricho da intolerância, o equívoco do radicalismo e a arrogância da soberba" — frisou o presidente, lendo seu pronunciamento com entusiasmo e gesticulando, às vezes, com as duas mãos para a frente. "Vivemos em tempo de mudança, e os homens, ao transformarem a natureza, transformaram-se também, reclamando novas normas de convívio social" — disse. "Quando há perigo iminente para a sobrevivência dos povos reunidos — num Estado, caberá à inteligência política encarregar a defesa do País, e o País vive fase de democracia", frisando que seu grupo é majoritário dentro do PDS e por isso não segue a orientação oficial.

Nos termos da proposta com apenas três artigos, será promulgado na primeira sessão legislativa da 48ª legislatura, depois de aprovado em dois turnos de discussão e votação. Na mensagem, o presidente manifestou "a mais profunda confiança no discernimento e na votação do povo brasileiro para organizar-se pacificamente em regime de liberdade e justiça".

que não perderá nunca o senso grave do dever, acrescentando que "as dificuldades não serão maiores do que a minha determinação, e com a lucidez dos homens públicos e a sabedoria da Nação levaremos este país ao seu grande destino democrático".

SOLENIDADE

O Salão Leste foi especialmente preparado para a solenidade e a tradicional ordem de colocação das autoridades foi invertida. Havia mais espaço para a imprensa, colocada diante do perímetro, para permitir o trabalho das câmeras de televisão. Sarney colocou-se atrás da pequena tribuna com as Armas da República, tendo atrás os presidentes da Câmara, Ulysses Guimarães, do Senado, José Fragelli, e do Supremo Tribunal Federal, José Carlos Moreira Alves. Do lado direito, todos os ministros de Estado, e à esquerda os constituintes de 46, misturados aos parlamentares de todos os partidos presentes. Do PDS, apenas os senadores Odacir Soares e Luiz Viana Filho, que disseram comparecido na qualidade de constituinte de 46 e por ser o ato da maior importância, "ao qual nenhum político pode deixar de dar seu apoio". Frisou que não é da liderança nem da Executiva Nacional do partido, portanto não se sentia obrigado a seguir a orientação do PDS. Mas o partido sabe, conforme acrescentou, que a Constituinte é um ato muito importante para a vida política, econômica e social, e saberá colaborar para que a nova Carta esteja de acordo com os desejos e as necessidades do País. O ministro Antônio Carlos Magalhães, do PDS, disse que a decisão da direção partidária foi "autoritária, e o País vive fase de democracia", frisando que seu grupo é majoritário dentro do PDS e por isso não segue a orientação oficial.

Gusmão prevê maior garantia à liberdade

O ministro da Indústria e do Comércio, Roberto Gusmão, destacou a importância da Constituinte para a reorganização da sociedade civil em bases democráticas e de acordo com a evolução social, política e econômica. Defendeu a participação de todos os partidos e outros setores da sociedade nos debates, frisando que o novo texto constitucional deverá levar em consideração as garantias da liberdade individual, organização sindical e do empresariado, ordem econômica e social "para uma sociedade moderna, democrática e aberta".

Gusmão observou que a futura Constituição deverá ser liberal e garantidora das liberdades individuais, e não transformando a sociedade brasileira numa sociedade de massas. O ministro da Justiça, Fernando Lyra, condenou as teses do PT e do PDT para antecipação da Constituinte e das eleições diretas para a Presidência, mas frisou que cada partido pode defender suas ideias. Para Lyra, a alternativa adotada por Sarney é a mais compatível com a realidade e com o processo político brasileiro. O presidente do Supremo Tribunal Federal, Moreira Alves, não quis fazer comentários sobre a Constituinte, ressaltando sua condição de magistrado, "que não deve opinar sobre temas políticos".

Os constituintes de 46 formaram um grupo bastante procurado pelos atuais parlamentares. Entre os que ainda têm mandato, o deputado João Agrípino lembrou que a Constituição de 46 pecou pelo excesso de liberalidade, transformando-se com o tempo quase uma execrável ditadura dos anos precedentes. Os parlamentares dificultavam a aprovação

de projetos, sobreponham interesses políticos aos administrativos e acabaram provocando novo conflito entre os poderes. O ministro Aloísio Alves também considerou a Constituinte de 46 muito liberal, "o que era compreensível, pois objetivava acabar com o estudo autoritário de Getúlio Vargas". O fato acabou, no entanto, permitindo a "arregimentação de novas forças contra a democracia" — argumentou — e o resultado é que elas voltaram a pressionar através dos militares, em 64. Espero que a Constituinte de 86 seja um documento objetivo e os casos marginais sejam regulamentados por leis complementares, para evitar o que aconteceu anteriormente" — disse o ministro, que tinha 22 anos em 46, quando eleito para a Constituinte.

Os ex-deputados Epílogo de Campos, Martins Filho e o deputado Benjamim Farah concordaram também sobre o excesso de liberalidade da Constituição de 46, lembrando ter correspondido aos interesses da época em contraposição com a ditadura anterior e com as correntes políticas liberais que se espalhavam pelo mundo depois da Segunda Guerra. A futura Constituição, segundo Farah, teria na de 46 um bom exemplo a ser seguido, cuidando-se de sua adequação aos tempos modernos. Para João Amazônia, do PC do B, a Constituinte de agora é um avanço em relação à de 46 porque funcionará como Congresso e Constituinte ao mesmo tempo. Benjamim Farah mostrava a seus companheiros de 46 um diário do Congresso, em formato reduzido, com o nome de todos os constituintes e o período de funcionamento: de 1º de fevereiro a 28 de setembro de 1946.

Esse esclarecimento foi prestado ontem de manhã, na sessão da Câmara dos Deputados, pelo líder do PDS, Prisco Viana, poucos antes da realização da cerimônia. O pedetista lembrou que seu partido era inicialmente contrário à idéia da convocação da Constituinte.

A solução é sempre mais fácil para o lavrador bem informado



No discurso, Sarney alerta que, até a vigência da nova Constituição, é preciso respeitar a lei existente

"Ninguém é mais criador que o povo"

A íntegra do discurso do presidente José Sarney é a seguinte:

As nações, como os homens que as constituem, são imperfeitas construções da História. Não há povos — nem homens — servidos apenas de virtudes, e só o terror pode manter de pé tais sistemas insensatos.

Mas ao mesmo tempo as nações, como os homens, carregam em si, com suas imperfeições, a busca do ideal e da perfeição, procurando recuperar os caminhos que tenham sido perdidos do mundo. E, portanto, assim o homem, assim como os cidadãos, por mais que se subordinem à sabedoria e à ética. As leis que pretendem, são imperfeitas construções da História. Não há povos — nem homens — servidos apenas de virtudes, e só o terror pode manter de pé tais sistemas insensatos.